

E hora de um novo modelo de desenvolvimento

Ivônio Barros Nunes

O desemprego tem se transformado, no capitalismo tardio, em fenômeno social de grande envergadura, assola a Europa, os Estados Unidos e, agora, o Japão. No caso do leste europeu, o retorno ao capitalismo trouxe o desemprego, o subemprego e a marginalidade. A Comunidade Européia há pouco aprovou as linhas gerais de um plano multinacional de intervenção econômica que pretende reverter a tendência da subutilização da capacidade produtiva da força de trabalho.

Esse fenômeno, que se multiplica e se expande nos momentos de crise do capitalismo, aliado a outros fatores, tem colocado em questão a capacidade do sistema em sobreviver.

Para os economistas tradicionais o desemprego não se constitui em problema grave, a não ser como resultado de outros desequilíbrios e quando atinge níveis muito elevados. Sempre trataram a solução ao desemprego como resultante de equações de investimento. A elevação da taxa de investimento, para eles, garantiria a redução do desemprego.

Hoje, mesmo nos países desenvolvidos e superindustrializados, a equação do investimento passa a incorporar outros elementos, tais como o modelo de desenvolvimento utilizado, a forma de organização do trabalho, a dimensão espacial e societária dos novos tipos de trabalho, o meio ambiente, entre outros.

Para o Brasil, esses novos aportes são mais que importantes, são essenciais. Isto porque o modelo de desenvolvimento adotado no país, além de pouco adaptado à nossa realidade social, econômica, energética e espacial, produziu ou acelerou processos de concentração de renda e mantiveram nossa economia competitiva dado os salários irrisórios pagos aos trabalhadores.

Talvez o desemprego aqui não tenha ainda gerado as situações de quase irreversibilidade vistas na Europa porque os baixos salários não proporcionaram a incorporação de tecnologias muito avançadas.

Quando Brasília chega a apresentar uma situação de desemprego que atinge mais de 100.000

pessoas de sua população economicamente ativa, esse fenômeno requer não somente a reflexão social, mas principalmente a implantação de estratégias de desenvolvimento econômico e social que sejam compatíveis com a incorporação desse grande número de brasileiros ao mercado de trabalho.

Já foram apresentadas inúmeras propostas nesse sentido: pólos de informática e alta tecnologia, implantação de indústrias não-poluíntes, desenvolvimento do setor serviço etc.

São propostas que podem e devem ser levadas adiante, mas que provavelmente não promoverão alteração significativa no perfil da renda e da ocupação no Distrito Federal e Entorno, caso não sejam articuladas, e bem articuladas, com projetos que contemplem a grande diversidade econômica e o potencial produtivo locais.

É necessário incorporar-se uma visão nova, senão um novo modelo de desenvolvimento, que trate os investimentos nos setores sociais com a mesma prioridade que são tratados os investimentos nos setores ditos produtivos.

O impulso dado, a partir da Constituição de 1988, à livre organização de cooperativas, a internalização da produção de mercadorias até agora quase totalmente importadas de outras localidades, a organização de empresas comunitárias de prestação de serviços públicos, a descentralização dos serviços estatais, entre outros, são aspectos que devem ser observados, não somente pelos planejadores públicos, mas principalmente pela sociedade civil brasileira.

A incorporação da sociedade na solução desse problema, além de requisito democrático, adquire, em muitos aspectos, alternativa econômica de grande significação. Um exemplo: a organização de empresas comunitárias ou associativas para a manutenção de parques e jardins, de escolas, de postos de saúde, de prédios públicos, etc., além de empregar mão-de-obra local, faz com que a sociedade local assuma esses espaços públicos como sendo da própria comunidade.

A criação de cooperativas de serviços e de produção, além de seu significado econômico ime-

diato, pode gerar processos de organização dos próprios serviços prestados à comunidade produzindo melhoria na qualidade dos produtos e serviços, facilidade de intervenção do Estado no incentivo à qualificação profissional e técnica e, também, um maior controle social dos serviços prestados.

A crise fiscal do Estado, o aumento do desemprego, o rápido crescimento da cidade, impõem que a sociedade e o governo incorporem, desde logo, a responsabilidade de produzir um novo modelo local de desenvolvimento, que não perca as referências econômicas do mercado nacional, mas que o faça de modo renovador, tratando o emprego e a renda (desconcentrada) como variáveis principais de qualquer equação econômica.

Brasília tem características próprias que precisam ser aproveitadas em favor de sua população, não é mais somente a capital político-administrativa do país, porém essa situação ainda pode trazer benefícios nos campos econômico, social, cultural e urbano. Esta cidade cresceu para além de sua função administrativa. Esta é uma característica ainda pouco observada. É uma região metropolitana, mesmo que ainda não formalmente, cujos problemas têm sido tratados somente como entraves, jamais como indicadores de soluções.

Somente a radicalização da via democrática, com a liberdade para a organização da sociedade civil (associações, organizações não-governamentais, centros culturais etc), a atuação do Estado como mediador de conflitos e propulsor de incentivos (nisto a Assembléia Distrital tem um papel fundamental), a organização do empresariado emergente, a liberdade à constituição de empresas cooperativas e associativas, poderá dotar o Distrito Federal de um novo perfil, que combata a exclusão social.

Ivônio Barros Nunes é economista, nasceu em Brasília em 1960. Hoje é coordenador-geral do Instituto Nacional de Educação a Distância (INED) e assessor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica. (Ibasa).